

O CONCEITO DE GUERRA DE POSIÇÃO NO PENSAMENTO POLÍTICO DE ANTÔNIO GRAMSCI

Mauro Sérgio Santos da Silva¹

RESUMO: O presente artigo tem como mote a compreensão da estratégia de construção da hegemonia para o Ocidente no pensamento de Antônio Gramsci (1891-1937), vem a ser, a guerra de posição. O conceito de guerra de posição será analisado no contexto histórico de sua construção, a partir de suas diferenças em relação à guerra de movimento, em consonância com a teoria ampliada do Estado, com os conceitos de hegemonia, sociedade civil e partido político. Para tanto, esta pesquisa fundamenta-se, mormente, na leitura do texto *Luta Política e Guerra Militar* contido em *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* (1988), considerando, outrossim, os escritos históricos e filosóficos da recepção crítica da obra de Gramsci acerca da temática em questão, entre os quais destacamos os trabalhos de Coutinho (1989) e Said (2009).

PALAVRAS-CHAVE: Gramsci. Guerra de Posição. Guerra de Movimento. Estado. Partido Político. Hegemonia.

1 INTRODUÇÃO

Antônio Gramsci (1891-1937), pensador italiano nascido na Sardenha. Ainda jovem, colaborador de jornais italianos, filia-se ao Partido Socialista com o qual rompe para tornar-se co-fundador do Partido Comunista Italiano. Atuando como deputado, por sua voraz oposição ao regime fascista de Mussolini, é condenado à prisão. Os escritos produzidos nesta época caracterizam uma produção intelectual e política de valor inestimável. Atento aos acontecimentos históricos, coerente em relação a sua concepção de homem e de mundo, as ideias de Gramsci não se dissociam de sua trajetória histórica (FIORI, 1979).

Gramsci parte das condições históricas nacionais, sem, no entanto, vilipendiar a conjuntura internacional. Após a Primeira Guerra Mundial, o mundo passava por uma crise de hegemonia. A Itália vivenciava o avanço do fascismo no início da década de 1920, marcado pela supressão de direitos políticos, forte repressão, censura e prisão dos intelectuais de esquerda. Na Europa, destacam-se as derrotas dos movimentos socialistas revolucionários. E no âmbito global, como propõe Gramsci em *Americanismo e Fordismo* (1988), há o estabelecimento de um novo modo de produzir

¹ Licenciado e Bacharel – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Especialista em Educação – Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ-MG). Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia – (UFU-MG). Professor Formador do Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz – CEMEPE – Uberlândia – MG. Membro da Academia de Letras e Artes de Araguari - MG

e-mail: mauro.filos@hotmail.com

e de viver que promove a continuidade do capitalismo e da hegemonia da classe proprietária. É nesse contexto que Gramsci busca construir uma estratégia revolucionária.

De acordo com Anderson (1989), Gramsci está situado no momento de transição entre a primeira geração dos pensadores ligados a Marx e o que denomina *marxismo ocidental*. O problema central que perpassa a tradição do pensamento marxiano (ocidental) seria, pois, a tentativa de responder por qual motivo a revolução proletária não ocorreu no Ocidente e quais condições favoreceram uma revolução no Oriente, ou seja, na Rússia.

Destarte, Gramsci apresenta as diferenças estruturais nas formações sociais do Ocidente e do Oriente e a necessidade de adotar, nos países ocidentais, estratégias políticas distintas daquelas que foram adotadas na Rússia, já que o capitalismo avançado possibilitou também o fortalecimento das superestruturas, conforme Coutinho (1989).

Em face dessas reflexões, Gramsci elabora sua noção de hegemonia tendo em vista as particularidades do Ocidente; sendo considerado o teórico que mais insistiu nessa questão e que maior contribuição ofereceu nesse sentido. Entrementes, o problema fundamental que se coloca diante de Gramsci não é outro senão “o de saber como se articula a multiplicidade das rupturas através das quais a classe operária alcança o poder e tende a criar suas condições de hegemonia”. (MACCIOCCHI, 1980, p. 86). Assim, na prisão, com base nas diferenças existentes entre a Rússia e o Ocidente, Gramsci elabora sua estratégia da passagem da guerra de movimento à guerra de posição (MACCIOCCHI, 1980, p. 86). Essa discussão está inserida, historicamente, no debate de Gramsci com Trotsky, Luxemburgo e, principalmente, em relação à adoção da estratégia stalinista pelo Partido Comunista Italiano (COUTINHO, 1989, p. 95).

A partir de 1929, o Partido Comunista Italiano (PCI) previra, para a Itália, a emergência de uma crise revolucionária iminente pressuposta mediante pretensos sinais de desagregação do regime fascista, o que importaria a ditadura do proletariado por meio de um assalto ao poder ao invés da assembleia republicana baseada na formação de conselhos operários e camponeses, defendida por Gramsci. Segundo Coutinho, Gramsci discordou abertamente da nova linha política adotada. Ainda que preso, consegue perceber que aquele momento não se tratava de “uma situação revolucionária cujo

desenlace devesse necessariamente conduzir a uma insurreição proletária” (COUTINHO, 1989, p. 95).

Gramsci nota o fortalecimento do descontentamento em relação ao fascismo da população e, naturalmente, dos partidos antifascistas que não conduziram, ao contrário do que defendia a direção do PCI, a uma coalização socialista pela ditadura do proletariado. Conforme remonta Coutinho (1989, p. 96), Gramsci, destarte, mostrava-se fiel não apenas à realidade objetiva, mas também à sua antiga concepção: tudo fazia prever uma fase intermediária, liberal-democrática, entre a queda do fascismo e o estabelecimento do socialismo.

Assim sendo, a discussão capitular do presente trabalho não é outra senão esta: a estratégia revolucionária de construção da hegemonia para o Ocidente, vem a ser, a guerra de posição que, por seu turno, será investigada em consonância com a teoria (ampliada) do Estado e, naturalmente com os conceitos de hegemonia, sociedade civil e partido político sob a ótica gramsciana; a partir de textos do próprio pensador italiano e da recepção crítica de sua obra; mormente de autores brasileiros.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Consideramos que a metodologia utilizada em determinada pesquisa é aspecto sobremodo revelador da visão de mundo e de homem que se possui e/ou propõe. Destarte, o mote do presente trabalho não pode prescindir da consideração da realidade como um fenômeno histórico, tampouco de um dos eixos fundamentais do pensamento político de Gramsci, qual seja, a filosofia da práxis, categoria da metodologia dialética que parte da compreensão de que a ação consciente do homem, o teorizar e o praticar fazem parte do mesmo ato. A concepção do mundo humano como criação dos próprios homens que fazem sua própria história e são capazes de pensar e postular a transformação do real, compreender os fenômenos existentes e realizar tal projeto na prática.

Por conseguinte, a presente pesquisa tem como objetivo principal a compreensão do conceito gramsciano de guerra de posição como estratégia revolucionária para o Ocidente. Para tanto, apresentaremos algumas das condições históricas em que tal conceito ganha relevância na reflexão gramsciana. Discorreremos acerca das diferenças

entre guerra de posição e guerra de movimento, sua relação com a teoria ampliada do Estado, com os conceitos de hegemonia, sociedade civil e partido político.

Nesta sorte, este estudo fundamenta-se, precipuamente, na leitura do texto *Luta política e guerra militar* contido em *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* (1988), e, outrossim, na análise de escritos históricos e filosóficos da recepção crítica da obra de Gramsci acerca da temática em questão, entre os quais destacamos os brasileiros Coutinho (1989), Said (2009); além das contribuições de Macciocchi (1980) e Staccone (1993).

3 LUTA POLÍTICA E GUERRA MILITAR

No conhecido texto *Luta política e guerra militar* contido em Gramsci (1988) o pensador estabelece as diferenças entre guerra de manobra (de movimento, frontal) e guerra de posição. Demonstra que, tanto na esfera militar, quanto na política, a guerra de posição se sobrepõe à guerra de manobra nos países mais avançados civil e industrialmente. Criticando as posições de Rosa Luxemburgo e Trotsky, o pensador político italiano *desenvolve* com originalidade a proposta leninista de uma estratégia revolucionária para os países do Ocidente.

Inicialmente, o autor de *Cadernos do Cárcere* distingue os conceitos guerra de movimento e guerra de posição na arte militar e os conceitos relativos à arte política; demonstrando, desse modo, que a luta política é sobretudo mais complexa que a guerra no sentido militar. Postula Gramsci:

[...] a luta política é muitíssimo mais complexa: em certa medida pode ser comparada às guerras coloniais ou às velhas guerras de conquista, quando o exército vitorioso ocupa ou se propõe ocupar permanentemente todo ou uma parte do território conquistado. Então o exército vencido é desarmado e dissolvido, mas a luta continua no terreno político e da preparação militar (GRAMSCI, 1988, P. 68).

Tomando como exemplo as experiências da Índia contra os ingleses colonizadores, da luta da Alemanha contra a França e da Hungria contra a *Pequena Entente*, evidencia que em cada situação, na arte militar, afigura-se necessária a utilização de uma estratégia de guerra diferenciada. E, em meio a inúmeras referências históricas a conflitos e guerras do fim do século XIX e início do século XX, demonstra que, na arte militar, a guerra de posição possui certa primazia em relação à guerra de

movimento, “nos países mais avançados civil e industrialmente” (GRAMSCI, 1988, p. 73).

Para Gramsci, o mesmo se aplicaria à esfera política. No Ocidente, ou seja, nos Estados mais complexos e avançados do ponto de vista civil e industrial, a guerra de posição deve se sobrepor à guerra de movimento, uma vez que nestes, “a sociedade civil transformou-se numa estrutura muito complexa e resistente às irrupções catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc): as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra moderna” (GRAMSCI, 1988, p. 73).

Em face dessa constatação, para a revolução no Ocidente, Gramsci recusa o *economicismo espontaneísta* proposto por Rosa Luxemburgo. Porquanto, nestas sociedades, faz-se mister, para o autor italiano, estudar profundamente e identificar os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa da guerra de posição (GRAMSCI, 1988, P. 73).

Mas suas mais duras críticas se dirigem, no entanto, a Trotsky e à sua teoria da revolução permanente, vem a ser, a ideia de que a guerra frontal, tal como fora aplicada vitoriosamente na Revolução de Outubro de 1917, possa ser também aplicada nos países de capitalismo avançado. Neste aspecto, a abordagem de Gramsci se aproxima da leitura que fizera Lenin, que identificara originalmente a necessidade da mudança da guerra de manobra à guerra de posição no tangente ao Ocidente.

Na comparação entre as posições de *Broinstein e Ilitch*, respectivamente, Trotsky e Lenin, o filósofo sardo demonstra que o primeiro insiste na estratégia de uma espécie de internacionalização permanente e indiscriminada da guerra de manobra. Esse fato, segundo Gramsci não o torna um *ocidentalista* como pode parecer no primeiro momento. Ao contrário, torna-o *cosmopolita*, vem a ser, *superficialmente nacional e superficialmente ocidentalista ou europeu*.

Diferentemente, Ilitch, ou seja, Lenin, malgrado o fato de não ter tido condições de aprofundar teoricamente sua fórmula, mostrara-se profundamente nacionalista e profundamente europeu ou ocidentalista. Para Gramsci, Lenin

[...] compreendeu que se verificara uma modificação da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente, onde, como observara Krasnov, num espaço estreito podiam acumular quantidades indiscriminadas de munição, onde os quadros sociais eram de per si

ainda capazes de se tornarem trincheiras municiadíssimas (GRAMSCI, 1988, p. 74).

Desta feita, estabelece o pensador italiano, que no Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e fluida; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma equilibrada relação e em qualquer oscilação do Estado tão logo descobre-se uma fortalecida estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma *trincheira avançada*, por trás da qual se situava uma enrijecida *cadeia de fortalezas e casamatas* (GRAMSCI, 1988, p.75).

Neste sentido, Gramsci explicita que nas sociedades orientais não foi desenvolvida uma sociedade civil forte e autônoma. Nestas, o Estado é tudo e a sociedade civil é incipiente e fluida, porquanto a luta se trava, fundamentalmente, visando à conquista do Estado. Sendo o Estado, em certa medida, restrito, o movimento revolucionário se expressa como guerra de movimento ou de manobra. Este cenário impõe à revolução a estratégia de ataque frontal, objetivando diretamente a conquista e conservação do Estado.

Nas sociedades ocidentais, por seu turno, o Estado ampliado corresponde à sociedade política e à sociedade civil. Sociedade política: (Estado em sentido estrito): formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos coercitivos ou repressivos de Estado, controlados pelas burocracias. Sociedade civil: organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, os meios de comunicação, etc. No meio e por meio da sociedade civil, busca-se a hegemonia. Os seus portadores materiais são os aparelhos privados de hegemonia. Neste contexto, afigura-se imprescindível a estratégia da guerra de posição, vem a ser, a conquista de posições importantes para a construção da hegemonia.

4 A RECEPÇÃO CRÍTICA DA OBRA DE GRAMSCI ACERCA DO CONCEITO DE GUERRA DE POSIÇÃO

Conforme Said (2009), a passagem da guerra de movimento à guerra de posição é, para Gramsci, a mais importante questão da teoria política e a mais difícil de ser resolvida após a Primeira Guerra Mundial. A autora estabelece que o pensamento de Gramsci é, sobretudo, uma crítica política situada na perspectiva da estratégia revolucionária, cujo elemento central não é outro senão a diferença entre guerra de

movimento e guerra de posição; reflexão, esta, que resgata e amplia o conceito de Estado. Também para Said (2009, p.91), Gramsci *desenvolve* o conceito leninista de hegemonia. No entanto, faz-se mister recordar amiúde: *desenvolver não significa repetir*.

A estratégia da guerra de posição apresentada por Gramsci, insere-se, como mencionado acima, no contexto de uma batalha política travada por Gramsci. Suas críticas relativas à guerra de movimento dirigem-se a Trotsky e sua insistência na denominada revolução permanente, a Rosa Luxemburgo e, além disso, a toda a linha política adotada pela Internacional Comunista entre 1929 e 1934:

[...] uma linha baseada, como se sabe, na falsa suposição de um iminente colapso do capitalismo, da abertura de uma crise revolucionária mundial (concebida em termos de ‘catastrofismo econômico’), com a conseqüente dedução da necessidade de adotar uma tática de ataque frontal, de ofensiva em todos os planos, tática segundo a qual a social-democracia devia ser tratada e combatida como uma ‘irmã gêmea do fascismo’ (COUTINHO, 1989, p.91).

Segundo Coutinho, os elementos e depoimentos atualmente disponíveis são unânimes em confirmar o fato de que Gramsci discordou radicalmente da posição assumida pelo PCI a partir de 1929, ou seja, da adoção e aplicação à Itália da linha política *esquerdista e aventureira* aprovada pela direção stalinista da Internacional Comunista (COUTINHO, 1989, p. 95).

Gramsci, em sua análise política e econômica após a Primeira Guerra (1914-1918) e, naturalmente, após a Revolução Russa (1917), distingue a revolução efetivada (no Oriente) e aquela por fazer (no Ocidente, vem a ser, no capitalismo avançado) (SAID, 2009, p.92-93)

Embora não tenha gozado de tempo suficiente para desenvolver sua teoria da *frente única*, Lenin, no III Congresso do Comintern, (Internacional Comunista) já havia reconhecido que Oriente e Ocidente correspondiam a realidades diferentes e que, portanto, nestas, não seria plausível a utilização de estratégias idênticas.

De acordo com Said, contra a guerra de movimento que levou à vitória da classe operária em 1917 na Rússia, Gramsci propõe ao proletariado a guerra de posição nos

países capitalistas desenvolvidos. Recomenda que o Estado, nestes países, possui uma organização política em uma sociedade civil complexa que não existia na Rússia de 1917, ampliando o conceito de Estado; sociedade política mais sociedade civil (SAID, 2009, p.93-94).

Assim, ao contrário do que postulava a Comintern no início da década de 20, Gramsci não compactuava com a ideia de que, em face da crise mundial seria quase inevitável que a classe operária tomasse o poder, sem que passasse por uma etapa democrática intermediária.

Na verdade, aduz Said, que em *Americanismo e Fordismo (1988)*, Gramsci reconhece no início do século XX um momento de crise orgânica. No entanto, percebe, diferentemente de boa parte dos demais intelectuais e dirigentes do partido, que a burguesia, por meio da racionalização da produção e do mercado, criava um novo modo de viver, mantinha e fortalecia sua hegemonia.

Referindo-se a *Americanismo e Fordismo (1988)*, esclarece a autora:

[...] O texto mais atual de Gramsci mostra que, mesmo o capitalismo vivendo sua maior crise orgânica, ao contrário do que analisava o movimento comunista, acreditando iminente a revolução operária, a burguesia se rearticulava nos EUA. Revolucionava a maneira de produzir com a racionalização da indústria, fazendo também uma reforma intelectual e moral com o welfarestate, mantendo, assim, sua hegemonia, o que Gramsci chamava de fordismo e americanismo. Na Europa, por causa das camadas parasitárias herdadas do feudalismo, pelo tipo de Estado, que não é do tipo liberal puro como nos EUA, foi necessário um Estado totalitário para que pudesse implementar essas inovações no aparelho produtivo e no modo de viver (SAID, 2009, p. 97-98).

Em ambos os casos há o que Gramsci denominara *revolução passiva*, vem a ser, a manutenção da exploração e da hegemonia por parte da classe dominante por meio de sua rearticulação, mediante concessões às classes subalternas ou mesmo pela coerção.

Com extraordinária lucidez, Gramsci empreende sua análise da correlação de forças naquele momento assaz importante ao capitalismo, vincula o conceito de hegemonia ao Estado, desenvolvendo, destarte, o conceito de guerra de posição (para Gramsci, a única estratégia possível para o ocidente), definindo o Estado integral: ditadura mais hegemonia. (SAID, 2009, p. 99).

Por conseguinte,

[...] a teoria ampliada do Estado é a base que permite a Gramsci responder de modo original à questão do fracasso da revolução nos países ocidentais: esse fracasso ocorreu, supõe Gramsci, porque não se levou na devida conta a diferença estrutural que existe entre, por um lado, as formações sociais do ‘Oriente’ (entre as quais se inclui a Rússia czarista), caracterizada pela debilidade da sociedade civil em contraste com o predomínio quase absoluto do Estado-coerção; e por outro, as formações sociais do ‘Ocidente’, onde se dá uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e sociedade política, ou seja, onde se realizou concretamente a ‘ampliação’ Estado (COUTINHO, 1989, p.89).

E é a partir dessa compreensão que Gramsci, formula sua estratégia de hegemonia para os países ocidentais; demarca o estudioso da obra do pensador italiano no Brasil:

[...] nas formações ‘orientais’, a predominância do Estado-coerção impõe à luta de classes uma estratégia de ataque frontal, ‘uma guerra de movimento’, voltada diretamente para a conquista e conservação do Estado em sentido restrito; no ‘Ocidente’, ao contrário, as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e espaços (‘guerra de posição’), da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação (COUTINHO, 1989, p. 89).

Conforme Coutinho (1989, p. 90), o conceito de *ocidentalidade* não diz respeito _ é sempre oportuno retomar _ a um fato meramente geográfico. É antes de tudo, para Gramsci, uma questão histórica, política e econômica; *morfológica*, para Said (2009, p. 92).

A teoria da revolução permanente, situada no contexto da Revolução Francesa, no sentido que haviam dado Marx e Engels, sofre inflexão após 1870 quando as sociedades europeias passam a se *ocidentalizar*; o que impõe uma mudança na estratégia da luta socialista. A revolução permanente é superada na ciência política pela fórmula da hegemonia civil. (COUTINHO, 1989, p. 90). A necessidade de estratégias diferenciadas é trazida à baila pelas diferenças sincrônicas e diacrônicas entre as sociedades ocidentais e orientais. Ou seja, em sociedades ou períodos marcados pela debilidade da organização de massas e pela força do Estado afigura-se necessária a estratégia do choque frontal com o Estado-coerção. Em sociedades ou períodos caracterizados por intensa socialização da política e pela organização da sociedade civil, a conquista paulatina de posições, vem a ser, a guerra de posição, ocupa o lugar central na estratégia da classe proletária.

Para Gramsci, o Oriente distingue-se por um Estado forte e por uma sociedade civil *primitiva e gelatinosa*. Enquanto no Ocidente, entre Estado e sociedade civil há uma relação equilibrada. E é justamente essa relação equilibrada entre Estado e sociedade civil que desautoriza, nos países de capitalismo avançado, a superestimação do papel das crises econômicas no processo de desagregação do bloco dominante e, em consequência, a fixação da estratégia socialista na ideia de um ‘assalto revolucionário’ ao poder (COUTINHO, 1989, p.92).

Gramsci compreende que a sociedade civil, nos Estados mais avançados, possui uma estrutura mais complexa, resistente, inclusive, às crises econômicas e depressões. Destarte, para este pensador, nas sociedades ocidentais, na medida em que as crises (orgânicas) se articulam em vários níveis, não há uma solução rápida baseada na ideia de um choque frontal. (COUTINHO, 1989, p. 92-93)

Postula Coutinho (1989, p. 93): “Se a ‘crise orgânica’, em seu aspecto econômico, apresenta-se como manifestação das contradições estruturais do modo de produção, ela aparece _ no aspecto superestrutural, político-ideológico _ como crise de *hegemonia*”. Esta crise de hegemonia, enquanto expressão política da crise orgânica, corresponde à espécie de crise revolucionária das sociedades mais complexas caracterizadas por maior grau de participação política organizada.

É sempre bom lembrar que, para Gramsci, a crise consiste justamente no fato de que o novo ainda não tenha nascido malgrado a iminência da morte do velho. Nesta sorte, toda crise (de hegemonia) traz à tona diferentes possibilidades: a continuidade da dominação da classe dominante por meio da coerção, por meio de concessões ou manobras reformistas (revolução passiva); ou a ampliação dos espaços de hegemonia da classe dominada. Ou ainda, a inversão das relações de hegemonia até que as classes dominadas se tornem dirigentes e, deste modo, criem condições para se tornarem classe dominante.

Nas palavras de Coutinho (1898, p.93):

[...] Como toda crise, a de hegemonia pode dar lugar a diferentes alternativas, isto é, pode ter diferentes soluções. De imediato, a classe dominante pode ter condições de continuar dominando através da pura coerção; a médio prazo, ela certamente pode recompor sua hegemonia, por meio de concessões, de manobras reformistas, etc., para o que contará com a incapacidades das forças adversárias de apresentar soluções positivas e construtivas. Mas a tendência dominante, ainda que

não inevitável é a de que as classes dominadas _ favorecidas pelo caráter estrutural da crise _ ampliem seu arco de alianças e sua esfera de consenso, invertam em seu favor a hegemonia e, desse modo, ao se tornarem *classes dirigentes* (ao apresentarem e conquistarem o consenso para propostas de solução dos problemas do conjunto da nação) criem as condições para chegarem à situação de *classes dominantes*.

Esse processo, no entanto, exige *paciência revolucionária e espírito inventivo*. Na guerra de posição que atravessa uma crise de hegemonia, não há lugar para a espera da catástrofe inevitável do grande dia, tampouco para a impaciência histórica revolucionária. A crise orgânica não traz, por si mesma, a desagregação da classe dominante e a perda de sua hegemonia. Essa possibilidade existe, mas não pode prescindir, nesse momento, da iniciativa dos sujeitos políticos, vem a ser, da capacidade de organização política da classe dominada.

Deste modo, para Gramsci, afigura-se possível que a classe dominada torne-se classe dirigente, antes mesmo da tomada do poder. Diz Coutinho (1989, p. 94):

[...] Temos assim que essa conquista da hegemonia, a transformação da classe dominada em classe dirigente antes da tomada do poder, é o elemento central da estratégia gramsciana de transição ao socialismo; uma estratégia que, além de imposta pela maior complexidade das sociedades 'ocidentais', tem ainda a vantagem de oferece resultados mais estáveis.

Para Said (2009, p.100) “com a tese estratégica da guerra de posição, Gramsci reorganiza seu trabalho teórico e desenvolve pontos não resolvidos da teoria marxista e do movimento operário, no capitalismo avançado”. Nesse sentido, Gramsci desvela os equívocos *economicistas* propagados pelo movimento comunista da década de 1930 que acreditava na iminência da revolução proletária a partir, tão somente, da evidência da crise do capitalismo mundial.

Assim sendo, no pensamento político de Gramsci, nesse momento, torna-se claro que os conceitos de hegemonia e Estado são inseparáveis e só podem ser compreendidos a partir da oposição entre guerra de movimento (que exige uma estratégia fulminante na tomada do poder contra o Estado forte e coercitivo) e guerra de posição (que exige concentração de hegemonia e movimentação de todos os recursos de hegemonia e do Estado para a tomada do poder). A primeira, utilizada na revolução efetivada de Outubro de 1917, tem como marca fundamental a tomada frontal do poder. A segunda, apropriada aos países capitalistas desenvolvidos, onde a sociedade civil é

mais forte e igualmente complexa, corresponde a uma estratégia de longa duração e requer a organização das massas (SAID, 2009, p 100-101).

5 O PARTIDO POLÍTICO

Para Gramsci, a guerra de posição exige uma nova tarefa teórica e prática dos, por assim dizer, combatentes, qual seja: a de descobrir quais são os elementos, no bojo da sociedade civil que correspondem ao sistema de defesa na guerra de posição (STACCONE, 1990, p.95). Nesta sorte, no pensamento político gramsciano,

[...] a centralidade da reflexão política destaca-se, assim, dos aspectos econômicos e políticos _ clássicos e tradicionais do marxismo _ para o reconhecimento do tecido ideológico das relações sociais. Trata-se de trazer à luz os fios escondidos das relações entre o econômico e político, e também de indagar como constituem-se, cristalizam-se e entram em crise as hegemonias. (STACCONE, 1990, p. 95).

Na esteira do pensamento leninista, Gramsci estabelece que superestrutura e estrutura, embora sejam coisas distintas, formam um *bloco histórico* e que, portanto, a transformação de uma não pode prescindir da transformação da outra. Destarte, o filósofo sardo propõe a politização da superestrutura, sem que isso signifique a negação da estrutura (SAID, 2009, p. 93).

Assumindo essa posição, Gramsci retoma a questão da relação entre o político e o econômico, colocando em questão a famigerada problemática da conexão entre as estruturas e as superestruturas. Gramsci interpõe, entre estas, a mediação da sociedade civil (que é parte do Estado), isto é, do conjunto de organizações que compõem o tecido ideológico e organizativo da hegemonia (STACCONE, 1990, p. 95). E é justamente a partir desta perspectiva que o pensador compreende que a luta pela hegemonia é travada no seio da sociedade civil. E que um instrumento imprescindível, nesta empreitada é, seguramente, o partido político (STACCONE, 1990, p. 96).

A transição de um país industrial e civilmente avançado para o socialismo se dá no embate pela direção da sociedade civil e pela dominação da sociedade política. E seu principal instrumento de transformação e de construção de um novo sistema hegemônico é o partido político, vem a ser, o intelectual coletivo, o Moderno príncipe de Maquiavel (SAID, 2009, p.101).

Para tanto, faz-se mister que a classe dirigente hegemônica assuma o caráter de classe nacional, ou seja, supere qualquer espírito corporativista ou restritivo. E neste empreendimento, o partido político desempenharia, na estratégia revolucionária, papel decisivo.

No entanto, adverte-nos Said, que partido, para Gramsci, não é mera agremiação. Trata-se, ao contrário, do intelectual orgânico coletivo que é, outrossim, o jornal, a escola, os meios de comunicação organicamente ligado à classe trabalhadora. Em suma, os aparelhos que organizam, direcionam, educam a classe trabalhadora. (SAID, 2009, p.102).

O partido político é o lugar onde se processa a passagem dos componentes do grupo social de nível da atividade econômica àquela da atividade intelectual e política. O partido político é o intelectual orgânico coletivo, que adquire consciência a partir da própria relação nas situações sociais.

Isso quer dizer, portanto, que a “hegemonia nasce das funções econômicas do grupo social, porém sempre se deve operar uma passagem do econômico ao intelectual e moral” (SAID, 2009, p. 111). Essa atuação ideológica, por seu turno, coincide com a transformação do grupo social (econômico) em partido de classe, em sujeito da ação política total. Pois que, para Gramsci, fazer política significa intervir ativamente na realidade, sem ficar esperando passivamente pelo miraculoso grande dia (COUTINHO, 1989, p. 96)

Nas palavras de Said (1990, p. 113):

[...] Assim, atinge-se o momento da superestrutura, isto é, o momento da força constituída pela *relação de forças políticas*. Depois se atingem as relações de força militares, que é o extremo da força política. Isto supõe uma massa educada politicamente, que deveria se tornar capaz de uma ação permanente.

Nessa passagem da fase econômico-corporativa à da vontade coletiva geral, o papel do partido se revela sobremodo importante na medida em que atua dirigindo as massas, guiando o povo; possibilitando à classe subalterna tornar-se se classe dirigente, antes mesmo de ser a classe dominante. Pois, segundo Gramsci, o princípio fundamental da doutrina da hegemonia é o conhecimento de que o *ser dirigente* antecede e

condiciona o *ser dominante*, assim como a sociedade civil, em que se opera o consenso, precede a sociedade política na qual, ao contrário, opera a força. E, nisso, o partido é essencial. (SAID, 2009, p.17).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho discorreremos sobre o conceito de guerra de posição no contexto histórico em que o referido adquire assaz relevância no pensamento político de Antônio Gramsci e em consonância com a teoria ampliada do Estado, com as noções de hegemonia, sociedade civil e partido político.

Pudemos constatar que boa parte da recepção crítica da obra do autor italiano reconhece que a passagem da guerra de movimento à guerra de posição é, para Gramsci, a mais importante questão da teoria política e a mais difícil de ser resolvida após a Primeira Guerra Mundial.

Como acima exposto, o desenvolvimento do conceito de guerra de posição está inserido historicamente no contexto de uma crise mundial de hegemonia, de disputas internas do Partido Comunista (na Europa e na Itália) em virtude da definição da estratégia mais apropriada de construção de hegemonia no Ocidente.

Com inestimável perspicácia, Gramsci empreende sua análise da correlação de forças naquele momento decisivo ao capitalismo, vincula o conceito de hegemonia ao Estado, desenvolvendo, destarte, o conceito de guerra de posição (para Gramsci, a única estratégia possível para o Ocidente) que se dá no seio da sociedade civil.

Destarte, diferentemente do que postulava o movimento comunista europeu, o Partido Comunista Italiano, a partir da década de 1920, Trotsky e Luxemburgo, Gramsci *desenvolve* com originalidade a proposta leninista da passagem da guerra de movimento à guerra de posição.

Por guerra de movimento ou de manobra entende-se a estratégia do ataque frontal, vitoriosa na Revolução de Outubro de 1917. Esta estratégia mostra-se apropriada às sociedades orientais nas quais o Estado é tudo e a sociedade civil é fluida e incipiente. Nestas, a estratégia revolucionária objetiva fundamentalmente a conquista e a conservação do Estado mediante ao assalto ao poder.

A guerra de posição, por sua vez, corresponde à conquista de posições importantes para a construção da hegemonia. Afigura-se apropriada às sociedades ocidentais nas quais o Estado (ampliado) compreende tanto a sociedade política quanto a sociedade civil; sendo, esta última, a esfera da guerra por hegemonia.

Gramsci compreende que, nestes Estados, a sociedade civil possui uma estrutura mais complexa e resistente. E esta complexidade das sociedades mais avançadas civil e industrialmente desqualificam a ideia de uma solução rápida baseada na proposta de um choque frontal.

Para Gramsci, a luta pela hegemonia é travada no seio da sociedade civil. E, neste empreendimento, o partido político exerce função fundamental. No bojo da reflexão gramsciana, a passagem de um país industrial e civilmente avançado para o socialismo se dá na luta pela direção da sociedade civil e dominação da sociedade política. E seu principal instrumento de transformação e de construção de um novo sistema hegemônico é o partido político, vem a ser, o intelectual coletivo, o Moderno príncipe de Maquiavel: aparelho que orienta, direciona, organiza e educa a classe trabalhadora; para que esta, nas condições históricas adequadas, possa torna-se classe dirigente antes mesmo de vir a ser classe dominante.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O Conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Muuffe**. Lua Nova, São Paulo, 80:203-212, 2010.

BUCI-GLUCKMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

ANDERSON, P. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro, 1989.

FIORI, Giuseppe **A vida de Antônio Gramsci**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Pensamento Crítico, 30).

GERMANO, José Willington. **Gramsci: igreja e intelectuais (acerca da formação do estado burguês na Itália)**. Educação em Questão, Natal, RN: EDUFRN/Departamento de Educação, v.4, n ½, jan/dez.1992, p. 125.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. 3º ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 3v.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzane. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988 (Série Política e Perspectiva do Homem, v. 35).

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. **A favor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

STACCONE, Giuseppe. **Gramsci: 100 anos revolução e política**. Petrópolis: Vozes, 1990.